

Foi-se o tempo em que educação podia ser objetivo genérico

José Eli da Veiga

11/07/2006

O acesso ao ensino superior dos jovens brasileiros de 18 a 22 anos passou de 1,4% para 3% entre os dois últimos censos (1991-2000), mas em três situações bem distintas. Na frente, há um padrão meridional, que funde São Paulo aos três Estados sulistas. Na rabeira, um padrão setentrional, que inclui todos os Estados do Norte e do Nordeste. Entre eles, com desempenho bem mais sofrível do que se poderia imaginar, um padrão meio-tom, comum a todos os demais Estados do Sudeste e do Centro-Oeste.

Em algumas cidades paulistas, como São Caetano do Sul ou Santos, assim como nas três capitais sulistas, os níveis do salto foram bem superiores: de 17% para 26%. E não foram casos isolados, pois em muitas localidades do interior meridional houve aumentos tão ou mais significativos: de um patamar 6%-9% para 18-20%. Ocorreram em municípios gaúchos como Frederico Westphalen, Nova Prata, Farroupilha, Panambi e Garibaldi; em catarinenses, como Tubarão, Joaçaba, Criciúma e Blumenau; em paranaenses, como Umuarama, Palotina, Pato Branco, Marechal Cândido Rondon e Cornélio Procópio; e em paulistas como Ouroeste, Nhandeara, Votuporanga, Adamantina e Jales. Mas para os 1.804 municípios meridionais, a evolução foi somente duas vezes superior à do país: de 3% para 6%.

Nada de parecido ocorreu no Brasil setentrional. Praticamente todos os 2.236 municípios das regiões Nordeste e Norte tiveram desempenhos irrisórios, que em média fizeram com que o acesso ao ensino superior nessa parte mais tropical do país passasse de 0,5% a 1%. Mesmo nas cinco cidades nordestinas com graus de acesso excepcionalmente bons - Natal, Aracaju, João Pessoa, Maceió e Recife - a evolução foi apenas de 7% para 12%, em média.

Regiões Norte e Nordeste não conseguirão aproveitar um eventual surto de crescimento por absoluta indigência de seus sistemas de ciência e tecnologia

Ainda mais chocante, porém, foi o que aconteceu com o grupo intermediário. Nem tanto nos Estados da fronteira, onde até se destacaram municípios sul-matogrossenses, como Fátima do Sul, Três Lagoas e Dourados, que deram salto médio de 5% para 15%. Sobretudo nos de povoamento bem mais antigo, onde os destaques se resumiram às capitais, ou a raríssimos municípios mineiros. Enquanto na capital do país ia-se de 8% para 14%, em Viçosa se passava de 12% para 20%, e em Alfenas 9% para 17%. Para os 1.467 municípios do grupo, a mudança ficou próxima da nacional: de 1% para 3%.

Em princípio, tais disparidades geográficas de acesso ao ensino superior deveriam ter alguma correspondência com diferenças de frequência do ensino médio por jovens de 15 a 17 anos, mesmo que não as espelhassem. E, de fato, enquanto no Brasil meridional esta relação subiu de 34% para 83%, no setentrional ela só passou de 14% para 41%, e no meio-tom de 23% para 67%. Todavia, neste caso, fluminenses e capixabas, e até mesmo goianos, integraram o melhor grupo, no qual paulistas e paranaenses venceram gaúchos e catarinenses, ao contrário do que ocorreu com o acesso ao ensino superior.

Houve, portanto, nos anos 1990, significativa incoerência espacial entre demanda potencial e ampliação de vagas em faculdades. Enquanto nos dois Estados do extremo sul a oferta tendeu

a superar a procura, o contrário ocorreu no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, e mesmo em Goiás. E a explicação só pode estar no sucesso de o modelo organizacional muito especial das universidades comunitárias que pulularam pelo interior gaúcho e catarinense (ver www.abruc.org.br). Quem prestar atenção no que vem acontecendo pelo interior meridional do país, com certeza notará a diferença que fazem instituições moldadas pela hegemonia cultural de imigrantes que desfrutaram de uma via mais democrática de acesso à propriedade da terra. Em situação que até faz lembrar a que predominou na América do Norte.

O que mais interessa, contudo, são os desafios do presente. E eles são essencialmente dois: o trágico gargalo do ensino médio e a previsível trajetória do sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). O abandono da escola é um fenômeno que praticamente já não ocorre antes dos 14 anos de idade, mas que dá um "salto triplo" daí até os 17, período do segundo grau. Também é nele que se manifesta o maior contraste orçamentário entre o Brasil e países mais avançados. Enquanto eles alocam 24% de seus gastos com educação para essa fase crucial da formação, o Brasil só consagra 11%. E não haverá real avanço em universidades ou centros universitários enquanto não for enfrentado o desafio de uma preparação massificada, homogênea em qualidade e cada vez mais integrada aos setores produtivos.

Quanto às perspectivas de construção de seu sistema de CT&I, a preocupação do Brasil não pode se voltar apenas aos centros de excelência, que sempre serão apenas pontas de icebergs. Não deve ser motivo de grande preocupação o fato de estarem se concentrando cada vez mais do Brasil meridional (com bem-vindas exceções). Mas é exatamente o oposto que se deve pensar do gigantesco abismo que separa as promissoras redes de CT&I do centro-sul da absurda indigência que avassala a parte mais tropical do país. Não se trata somente das dificuldades que a maior parte do Brasil enfrentará para participar dos benefícios da nova "sociedade do conhecimento", o que por si só já será desastroso. O problema é mais rasteiro, pois a insuficiência de recursos humanos adequados com certeza impedirá que essas áreas aproveitem um eventual surto de crescimento econômico nacional. Basta olhar para a China e Índia, onde a falta de capacitação profissional ameaça o dinamismo econômico, como mostrou Guy de Jonquieres em matéria para o "Financial Times" reproduzida no Valor de 19 de Junho (p. A9). Nada poderá ser pior para um futuro desenvolvimento do Brasil do que a reinante subestimação das relações necessariamente umbilicais que precisam prevalecer entre educação e sistema de CT&I, sem falar dos inúmeros impactos sociais que instituições de ensino superior podem ter nas comunidades de sua área de influência. Por isso, é ótimo que tenha surgido o movimento "Todos pela Educação", mas é preciso que se pergunte: com que foco?

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP.
www.econ.fea.usp.br/zeeli/